

**CONTRATO Nº 86/19, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITUPEVA E A EMPRESA PUMA ARTIGOS DE SEGURANÇA LTDA ME, TENDO POR OBJETO AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME EDITAL E ANEXOS.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2286-1/2019  
PREGÃO PRESENCIAL nº 034/19**

Pelo presente instrumento contratual, de um lado o **Município de Itupeva**, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 45.780.061/0001-57, com sede nesta cidade, à Avenida Eduardo Aníbal Lourençon, nº 15 – Parque das Vinhas, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Comandante da Guarda Civil Municipal de Itupeva, **Sr. JOSÉ AUGUSTO GONÇALVES ALVES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 102.415.488-29 e inscrito no CPF nº **102.415.488-29**, e de outro lado a empresa **PUMA ARTIGOS DE SEGURANÇA LTDA ME**, entidade jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Paschoal Apostolo Pitsica, 4876, bloco 04, sala 103, Agronômica, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ nº 26.953.149/0001-89 e neste ato representada pelo **Sr. SIDINEY SIMOES DA SILVA**, portador da cédula de identidade RG nº 2715368, e do CPF nº 306.248.941-34, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e avençado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **1. DO OBJETO:**

**1.1.** A **CONTRATADA**, vencedora Pregão Presencial nº 034/19, obriga-se a fornecer para o **MUNICÍPIO**, armamento destinado a Guarda Civil Municipal, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos, bem como, da Proposta da **CONTRATADA**, insertos às fls. 103/139 e 173/175, respectivamente, do processo supra.

**1.2.** Parte do valor dos materiais adquiridos serão mediante Convênio SICONV nº 880137/2018 – Ministério da Segurança Pública

#### **2. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

**2.1.** A entrega do material quando solicitada será única e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após emissão de Autorização do Exército Brasileiro (DFPC Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados) e Polícia Federal, junto à Guarda Civil Municipal, localizada à Rua Emancipadores do Município, 141 - Jardim Primavera, Itupeva - SP, no período das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira.



**2.2.** Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a contratada se obriga a reparar a falha e se houver necessidade substituir os materiais no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus para o Município de Itupeva.

**2.3.** A(s) entrega(s) deverá(ão) ser acompanhada(s) de 02 (duas) vias da Nota Fiscal, contendo o número da Nota de Empenho e/ou Solicitação de Fornecimento e o Sistema de Cobrança (em carteira ou bancário - especificando o banco, agência e número da conta neste último caso).

### 3. DO PRAZO:

**3.1.** O prazo de vigência deste instrumento é de 60 (sessenta) dias a contar da sua assinatura.

**3.2.** O contrato poderá ser prorrogado, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, mediante solicitação expressa da parte interessada com a apresentação da devida justificativa, mantidas as demais cláusulas e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, e ainda nas condições previstas no artigo 57, da Lei Federal nº. 8.666/93.

### 4. DA FISCALIZAÇÃO:

**4.1.** A efetiva fiscalização das obrigações ora contraídas pela CONTRATADA competirá à Guarda Civil Municipal de Itupeva.

### 5. DO PREÇO:

**5.1.** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 184.900,00 (cento e oitenta e quatro mil e novecentos reais) pelo equipamento adquirido.

**5.2.** No preço total referido na cláusula anterior, já estão inclusos todos os tributos incidentes.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

**6.1.** O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal, devidamente vistada pelo órgão requisitante, comprovando a entrega do produto ao MUNICÍPIO.

**6.2.** Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

**6.3. PARA FINS ESPECÍFICOS DE PAGAMENTO,** a cada emissão de Nota Fiscal e Fatura a beneficiária deverá apresentar junto a Secretaria da Fazenda, as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, FGTS, a certidão negativa de débitos trabalhistas e Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede da empresa, estas últimas **NO QUE COUBER AO OBJETO ORA LICITADO.**

A/01.  
C. B.



## 7. DAS PENALIDADES:

7.1. Na hipótese de inexecução parcial ou total, do retardamento da execução, de falha na execução do contrato, por parte do contratado, das obrigações decorrentes deste certame, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa por inexecução parcial ou total: até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do valor mensal do Contrato;
- c) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato caso ocorra descumprimento das especificações dos serviços descritos no Termo de Referência – Anexo I e Contrato;
- d) Multa por atraso: 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, calculada sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10 (dez) dias corridos, após o que, cumulativamente, aplicar-se-á a multa prevista no subitem "e" desta cláusula;
- e) Constatada a reincidência de qualquer ocorrência, caberá a análise técnica da Prefeitura que, considerando a gravidade da situação, poderá ensejar a aplicação da pena de multa prevista no item "c";
- f) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima;
- g) Suspensão de participar em licitação e de contratar com qualquer órgão da administração direta ou indireta deste Município, por prazo de até 2 (dois) anos;
- h) Caso a empresa pratique preços realinhados sem a devida aprovação da Prefeitura, ou não execute os serviços durante o período de análise de eventual pedido de realinhamento, a mesma estará sujeita a aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor do mensal do Contrato.

7.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, executada através da Secretaria da Fazenda em favor do contratante, não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.3. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

7.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, consequentemente sua aplicação não exige a contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar para a Prefeitura.

7.5. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do artigo 393, do Código Civil.



## 8. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO, DA ALTERAÇÃO, RESCISÃO E REQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1. O contrato somente poderá ser alterado, por escrito, via aditamento, que se submeterá ao artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e aos demais dispositivos aplicáveis à espécie.

8.2. O contrato poderá ser rescindido pelo Município de Itupeva no todo ou em parte, nos casos abaixo discriminados, assegurando-se o direito de defesa prévia e ampla defesa cujos prazos observarão o disposto no art.109 da Lei 8666/93:

- a) Falir, entrar em concordata, recuperação judicial ou extrajudicial tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;
- b) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A subcontratação do seu objeto;
- d) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

8.3. Constituem também motivos de rescisão os demais casos elencados nos artigos 77, 78,79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

8.4. Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico financeiro deverão ser protocolados e encaminhados à Secretaria Municipal de Gestão Pública / Departamento de Compras e Licitações, com os devidos comprovantes, para posterior análise da Prefeitura, nas formas estabelecidas pela Lei 8666/93 e suas posteriores alterações e em face de superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria, ficando o licitante vencedor obrigado a executar os serviços solicitados no período dessa análise.

## 9. DOS RECURSOS:

9.1. As despesas decorrentes deste Contrato, correrá por conta da verba: Funcional: 6.181.13.2020 – Manutenção da Guarda Municipal; Cat. Econ. 449052.99 – Outros Materiais Permanentes. Sendo **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) de Convênio SICONV nº 880137/2018 – Ministério da Segurança Pública e **R\$ 23.886,81** (vinte e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos) de recursos próprios.

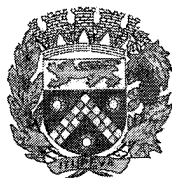
## 10. DO FORO:

10.1. É competente ao FORO da Comarca de Itupeva/SP, para dirimir questões decorrentes do contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Ficam as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e às cláusulas deste Contrato.

A/ol.  
E. J.



**11.2.** Aplicam-se à execução deste Contrato, bem como aos casos omissos, a Lei Federal nº 8.666/93 e os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**11.3.** Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante todo período abrangido pela execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**11.4.** Ficam fazendo parte integrante deste Contrato, o Edital de 09 de maio de 2019 – **Pregão Presencial nº 034/19**, com todas as suas exigências, bem como a proposta da CONTRATADA, constantes às fls. 103/139 e 173/175, respectivamente, do processo administrativo nº **2286-1/2019**.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e para um só efeito de direito.

Itupeva, 03 de Julho de 2.019.



(**JOSÉ AUGUSTO GONÇALVES ALVES**)

Comandante da Guarda Civil Municipal de Itupeva

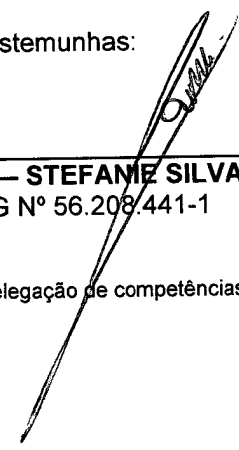
**Contratante**



(**PUMA ARTIGOS DE SEGURANÇA LTDA ME**)

**Contratada**

Testemunhas:

  
1 — **STEFANIE SILVA SANCHES**  
RG Nº 56.208.441-1

  
2 — **DÉBORA RIBEIRO DE MENEZES**  
RG Nº 42.943.162-4

\*delegação de competências, conforme Decreto nº 3.022, de 17 de abril de 2019





**LC – 01 – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITUPEVA

**CONTRATADA:** PUMA ARTIGOS DE SEGURANÇA LTDA ME

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** 086/19

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME EDITAL E ANEXOS.

Pelo presente, TERMO, nós, abaixo identificamos:

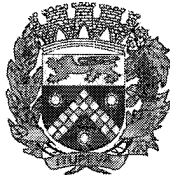
**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido estará sujeito à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo licitatório, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

Avenida Eduardo Aníbal Lourençon, nº 15, 2º andar, Parque das Vinhas  
Telefone (11) 45191-8161

A/1-1-  
C- P



- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Itupeva, 03 de Julho de 2019

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome: JOSÉ AUGUSTO GONÇALVES ALVES

Cargo: COMANDANTE

CPF: 102.415.488-29 – RG: 20.470.327-X

Data de nascimento: 29/11/1967

Endereço residencial completo: RUA EMANCIPADORES DO MUNICIPIO 141 –  
CENTRO – ITUPEVA – SP

E-mail institucional: [gm@itupeva.sp.gov.br](mailto:gm@itupeva.sp.gov.br)

E-mail pessoal:

Telefone: (11) 4496-4321

Assinatura: José A. Gonçalves Alves

**Pela CONTRATADA:**

Nome: Vander Junior Pinto Bareti

Cargo: Procurador

CPF: 266.413.758-11 RG: 25.707.789-3

Data de nascimento: 06/04/79

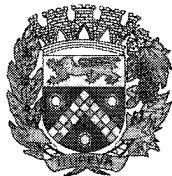
Endereço residencial completo: R. Santos Dumont, 284  
Vr. Bocaina - Mauá - SP CEP: 09310-130

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: vander.saopaulo.03@gmail.com

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: Vander J. P. Bareti



**LC – 03 – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPEVA**

**CNPJ Nº: 45.780.061/0001-57**

**CONTRATADA: PUMA ARTIGOS DE SEGURANÇA LTDA ME**

**CNPJ Nº: 26.953.149/0001-89**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 086/19**

**DATA DA ASSINATURA: 03/07/2019**

**VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) DIAS**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME EDITAL E ANEXOS.**

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Itupeva, 03 de Julho de 2019

**Nome:** José Augusto Gonçalves Alves

**Cargo:** Comandante

**E-mail institucional:** gm@itupeva.sp.gov.br

**E-mail pessoal:**

**Assinatura:** 